

De erro em erro, eles vão nos levando para o abismo.

10 MAR 1986

Vitimado pelo amadorismo, pela incompetência e pela irresponsabilidade dos formuladores de sua política econômica, o Brasil enfrenta simultaneamente o impasse no relacionamento com os credores externos — uma das consequências desse quadro — e, no plano interno, uma total falta de coerência nas principais decisões que afetam o funcionamento da economia — a causa de tudo por que estamos passando. É, aliás, por perceberem claramente o que é causa e o que é consequência em todo este episódio que as autoridades econômicas dos países credores do Brasil têm repetido monotonamente ao sr. Dilson Funaro em cada uma das capitais por que tem passado neste seu árduo périplo que qualquer esperança de um acordo com o mundo financeiro internacional tem de ser precedido pela apresentação de um plano econômico interno coerente e confiável, de médio ou longo prazo, pelo Brasil.

Um exemplo típico dos confusos atos do governo que provocam reações adversas não só dos credores estrangeiros mas, principalmente, dos agentes da produção brasileiros mesmo e que caracterizam a falta de coerência que mencionamos acima, é a falta de alinhamento entre as correções monetária e cambial que resultou do necessário embora malffeito ajuste do valor das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

De um só golpe, de maneira desastrada, as OTN deram um salto de 70,69%, passando dos Cz\$ 106,40 fixados no dia da decretação do Plano Cruzado para Cz\$ 181,61. Ao definirem esse valor para março, os "técnicos" do governo não levaram em conta apenas a inflação dos primeiros 12 meses do Plano Cruzado, mas, como sempre acontece, inventaram uma maneira mais complicada. Até 30 de novembro do ano passado, foram computadas as variações do Índice de Preços ao Consumidor (IPC); entre 1º de dezembro e 31 de janeiro foram consideradas as variações do IPC, já que elas superaram o rendimento das Letras do Banco Central (LBC), conforme determinou o Decreto-Lei nº 2.311; e, em fevereiro, foi utilizado o percentual de retorno das LBC, que foi de 19,6%, superior, portanto, à inflação (IPC) prevista para o mês, da ordem de 15%.

Houve, dessa forma, uma dissociação entre a inflação medida pelo IBGE e o índice de correção monetária, que é dado pela variação das OTN. Assim, os inimigos da indexação acabaram dando uma correção maior que a necessária (a menos que se coloque em dúvida a verdade da inflação oficial medida pelo IBGE).

Por outro lado, demonstrando falta de critérios, o ajuste do valor da OTN não foi seguido do ajuste da taxa cambial, pois na data da divulgação da nova OTN o cruzado havia sofrido uma desvalorização de apenas 44,6%, em comparação com os 70,69% da correção monetária. Além dessa defasagem, a desvalorização do cruzado também estava atrasada em relação à correção do salário mínimo, que teve um reajuste de 70,15%.

Essas diferenças entre a taxa cambial, a taxa de inflação e a taxa de salário refletem, no mínimo, uma assustadora falta de coordenação entre diferentes ministérios e, mais ainda, a inconsistência da política econômica, pois não faz sentido manter a correção cambial defasada em relação ao aumento dos preços internos, principalmente nesta hora em que o País precisa desesperadamente de dólares e outras moedas fortes para pagar importações essenciais e restabelecer o relacionamento normal com os credores externos.

O novo valor da OTN, que agora passará a variar mensalmente, da mesma forma que as antigas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, também está criando uma série de problemas para a Caixa Econômica Federal, sucessora do BNH, que vai corrigir o saldo devedor dos mutuários do extinto BNH, mas não terá condições de repassar os mesmos 70,69% de aumento para o valor das prestações, já que isso somente poderá acontecer para os contratos baseados na OTN. A grande maioria dos mutuários, no entanto, terá reajustes entre 5 e 25%, aproximadamente, pois suas prestações são calculadas pelo Plano de Equivalência Salarial. Em razão desse sistema de cálculo, o rombo do antigo BNH, herdado pela Caixa Econômica Federal, crescerá consideravelmente, mantendo a sua condição de buraco-sem-fundo.

Existe ainda o impacto dessa brutal correção de valores pela OTN sobre o Imposto de Renda das empresas, forçadas a pagar, da noite para o dia, uma conta 60% maior, pois o cálculo do imposto havia sido feito com base na OTN pro rata de dezembro, que era de Cz\$ 119,49. Sem dúvida, trata-se de mais um rude golpe contra o setor privado da economia, que, sem direito sequer à lei, está sendo arrastado à recessão pelo irrealismo das nossas autoridades econômicas, conforme mostramos na nota ao lado.

Essas autoridades, que no passado combateram com tanto vigor os males da indexação, certamente subestimaram as consequências inflacionárias desse abrupto retorno da correção monetária, da mesma forma como não conseguiram prever o choque do Cruzado II, em novembro, quando o governo abriu o dique dos preços, começando pelo ajuste parcial das tarifas de serviços públicos.

Inegavelmente, somos forçados a concluir, nossa economia está entregue a um bando de teóricos sem experiência para formular e ajustar políticas econômicas, que vão de erro em erro arrastando nosso combalido sistema econômico ao esgotamento de suas últimas energias. Diante de tamanha confissão de incompetência, não podemos entender os motivos que fazem o presidente da República continuar confiando no seu "superministro" da Fazenda e nos alunos do curso de maturidade de d. Conceição. Eles já mostraram tudo o que sabem fazer. Arrastaram o País à insolvência externa e desorganizaram toda a nossa economia. Por que, então, deixar a eles a responsabilidade de tomar as decisões que precisamos tomar para sair dessa insustentável situação em que nos encontramos?

O presidente Sarney precisa agir para salvar a Nação do pior.